

A DISCUSSÃO SOBRE SUFRÁGIO EM CIRCULAÇÃO NAS PÁGINAS FEMININAS DURANTE O SEGUNDO REINADO DO IMPÉRIO BRASILEIRO.

DISCUSSION ON SUFFRAGE IN CIRCULATION ON
FEMININE PAGES DURING THE SECOND REIGN OF THE
BRAZILIAN EMPIRE.

CRISTIANE DE PAULA RIBEIRO *

Resumo: Este trabalho objetiva analisar a discussão acerca da reivindicação pela participação da mulher na política (votando e sendo eleita) em meados do século XIX no Brasil. Para tal, partimos de uma obra: *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*, publicada por uma mulher, Anna Rosa Termacsics dos Santos, na cidade do Rio de Janeiro em 1868. Tal obra, juntamente com a trajetória de sua autora e as reverberações de suas ideias nos meios impressos, se analisadas de forma comparada, nos dão um panorama dos primórdios do movimento sufragista no Brasil ainda no século XIX. Por intermédio de Anna Rosa, podemos notar uma escrita com o intuito de romper com os padrões de gênero que eram impostos ao sexo feminino. Dessa maneira, percebe-se que o voto feminino esteve inserido nas discussões do contexto oitocentista, e que as mulheres já vinham reivindicando direitos.

Palavras-chaves: Relações de gênero; sufrágio feminino; século XIX.

Abstract: This paper aims to analyze the discussion about the claim for the participation of women in politics (voting and being elected) in the middle of the nineteenth century in Brazil. To this end, we start with a work on the Political Emancipation of Women and the Right to Vote, published by a woman, Anna Rosa Termacsics dos Santos, in the city of Rio de Janeiro in 1868. This work, along with the trajectory of its author and the reverberations of their ideas in the print media, if analyzed in a comparative way give us an overview of the beginnings of the suffragist movement in Brazil in the nineteenth century. Through Anna Rosa we can note a

Artigo recebido em 17 de agosto de 2017 e aprovado para publicação em 28 de agosto de 2017.

* Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. (E-mail: crisdepaularibeiro@hotmail.com)

writing with the intention of breaking with the gender patterns that were imposed on the female sex. In this way, it can be seen that the female vote was inserted in the discussions of the nineteenth century context, and that women were already claiming rights.

Keywords: Gender relations; woman's suffrage; 19th century.

Introdução

Os estudos que enveredam hoje na temática da mulher são resultados, principalmente, da luta das mulheres e do movimento feminista, que teve seu ápice a partir da década de 1960, quando as feministas começam a entrar nas universidades e a reivindicar o seu lugar enquanto sujeitos e objetos de estudo. As intelectuais feministas serão as principais responsáveis em questionar a produção de conhecimento científico, voltado para um sujeito humano único e universal.

A trajetória dos estudos de gênero passou por transformações ao longo das décadas, partindo, principalmente, de uma análise das diferenças de gênero para observar o impacto dos acontecimentos sobre a vida de homens e mulheres. De acordo com a historiadora Joana Maria Pedro¹, a principal contribuição veio do movimento feminista e LGBT. Categorias como 'mulher', 'mulheres' e, por fim, 'relações de gênero' foram sendo utilizadas e apropriadas no correr das décadas, propiciando debates e reflexões na academia. Inicialmente, pensou-se no termo 'mulher' para se referir à unidade, o que gerou muitas críticas, advindas principalmente das feministas negras do terceiro mundo, que não se viam incluídas nas reivindicações feitas por mulheres brancas e de classe média.

Passa-se, então, a utilizar-se 'mulheres', pensando, assim, estarem incorporando a diferença, logo, novas identidades. Apesar de todo o esforço que vinha sendo feito para inserir as mulheres em pesquisas acadêmicas, o feminismo da década de 1990, influenciado pelas feministas pós-estruturalistas e pela virada linguística, formula novas críticas, dentre as quais a principal vai estar relacionada às análises separatistas em que as mulheres eram postas, o que contribuiu em grande medida para reforçar a divisão binária entre homens/mulheres, uma vez que, a história das mulheres estava sendo escrita de maneira apartada das diversas outras estruturas, que permeavam o meio social e político (homens, desigualdade, raça, classe, etc.). Considera-se, assim, o surgimento da categoria das 'relações de gênero'.

Para Maria Odila Leite, a inclusão das mulheres nos estudos históricos, implicou um questionamento dos principais paradigmas já existentes e estabelecidos na disciplina. Para a

¹ PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. Revista Topoi, v.12, n.22, jan-jun 2011, pp. 270-83.

autora, vão ser os estudos feministas a propor uma redefinição dos projetos ligados à subjetividade, devido, principalmente, às novas abordagens históricas e filosóficas que trouxeram. Nesse sentido, Maria Odila propõe a criação de novos métodos e conceitos nos estudos sobre mulheres, que não deixem de levar em conta a historicidade na produção do conhecimento.² Cabe ressaltar que, no campo das Ciências Humanas, a História foi o que mais permaneceu resistente à incorporação das reflexões voltadas para os estudos de gênero.

No Brasil, os primeiros trabalhos historiográficos que surgem em que as mulheres aparecem enquanto sujeito e objeto de pesquisa, sofrem forte influência do marxismo e da história social, principalmente, de modo que entra-se em discussão a opressão capitalista e patriarcal na vida das mulheres, sobretudo das mulheres pobres e trabalhadoras. Segundo Margareth Rago:

É ao longo da década de 1980, porém, que emerge o que se poderia considerar uma segunda vertente das produções acadêmicas sobre as mulheres. Aí floresce um conjunto de estudos preocupados em revelar a presença das mulheres atuando na vida social, reinventando seu cotidiano, criando estratégias informais de sobrevivência, elaborando formas multifacetadas de resistência à dominação masculina e classista. Confere-se um destaque particular à sua atuação como sujeito histórico, e, portanto, à sua capacidade de luta e de participação na transformação das condições sociais de vida.³

Alguns trabalhos de brasileiras podem ser citados como exemplos: *Quotidiano e poder em São Paulo do século XIX*, de Maria Odila Leite, *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*, de Margareth Rago, *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*, de Rachel Soihet, *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*, de Martha Abreu.

Nesse sentido, os estudos de gênero emergem devido, em grande medida, à influência de intelectuais pós-estruturalistas, como foi dito anteriormente. No campo historiográfico, a principal contribuição advém da historiadora americana Joan Wallach Scott, que publica nos Estados Unidos, em 1986, um artigo intitulado “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”⁴, que no Brasil vem a ser traduzido e publicado em 1990 pela Revista Educação &

² DIAS, Maria Odila Leite da Silva, Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, pp. 39-53.

³ RAGO, Margareth. *As mulheres na historiografia brasileira*. In: Silva, Zélia Lopes (orgs.). *Cultura Histórica em debate*. São Paulo: Unesp, 1995, p. 82.

⁴ SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, n.02, jul./dez. 1995, pp.71-99.

Realidade. Nele, a autora coloca o gênero como uma categoria útil de análise histórica, construída a partir das relações que se fundam nas diferenças entre os sexos, com principal atenção para o sistema de significação, ou seja, a complexa relação entre homens e mulheres. A partir de então, as pesquisas tem atentado para os estudos de gênero voltados para uma construção feita a partir de condicionamentos históricos preestabelecidos e, no caso das mulheres, uma construção que requer submissão e exclusão em diversos âmbitos sociais e políticos, buscando reformular e desconstruir padrões de diferenciação entre homens e mulheres.

Dito isso, nosso trabalho se insere nas reflexões teóricas e metodológicas voltadas para os estudos de gênero e história, entendendo que é fundamental refletirmos sobre a real atuação das mulheres na história. Ao buscarmos trabalhar Anna Rosa Termacsics dos Santos, que em seus escritos “ousou” romper com padrões de gênero historicamente e hierarquicamente construídos, que ditava para o sexo feminino que o espaço público (educação, mercado de trabalho e política) não era lugar para as mulheres, é necessário inseri-la em uma complexa rede de relações e estruturas que foram responsáveis para reforçar tal exclusão. O sufrágio universal masculino, que era estabelecido, fez parte do processo de construção do gênero, fundamentado principalmente, em princípios intelectuais, religiosos e científicos.

A pesquisa parte de uma publicação datada do ano de 1868, na cidade do Rio de Janeiro, intitulada: *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*, impressa sob o pseudônimo A.R.T.S., iniciais de Anna Rosa Termacsics dos Santos, uma mulher letrada inserida no contexto oitocentista brasileiro, e busca, a partir dela, dialogar com a imprensa periódica do contexto. Buscaremos traçar inicialmente, um pouco de sua trajetória intelectual, trabalhando suas formulações acerca do “ser mulher” no contexto que está inserida, reivindicando direitos relacionados à educação, ao trabalho, à liberdade de escolha e à política, bem como suas críticas aos padrões impostos por uma sociedade patriarcal, na qual as mulheres eram negligenciadas por fatores ligados à beleza, posição social e por não escolherem o casamento como única saída possível, pensando sobretudo, nas intersecções que suas reivindicações abarcam.

Nossa pesquisa utiliza como fontes primárias, além da publicação do tratado escrito em 1868, a imprensa periódica de grande circulação daquele contexto, a exemplo de jornais como *Jornal do Comércio*, *Correio Mercantil*, *Diário de Notícias* e *Diário do Rio de Janeiro*, e algumas fontes oficiais do Arquivo Nacional da Hungria. Utilizamos também diversas referências bibliográficas de pesquisas anteriores que foram fundamentais na construção de

nosso trabalho, principalmente as voltadas para as reflexões teóricas dos estudos de gênero e a História.

A publicação do “*Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*”: a descoberta de sua autoria.

Um documento com um caráter inovador como o que utilizaremos aqui levanta-nos uma questão importante na historiografia, a necessidade de compreender a trajetória das mulheres no decorrer dos séculos, que permaneceram silenciadas e esquecidas pela História, colocando-as enquanto agentes de transformação em seus respectivos contextos sociopolíticos. O *Tratado* tem como peculiaridade o fato de se pautar em um debate a partir do qual a mulher possa votar e ser votada, colocando-a como sujeito político num contexto regido pelo sistema monárquico em que tal direito não existia nem nas grandes civilizações.

Sua publicação se deu pela Tipografia Paula Brito⁵ – localizada na Rua do Sacramento, na cidade do Rio de Janeiro –, que tem grande parte de seu acervo, hoje, sob guarda da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, da Universidade de São Paulo. Ali, reúnem-se materiais diversos sobre o Brasil, dentre os quais, obras importantes para a compreensão da cultura e da história do país. A biblioteca foi criada em 2005, para abrigar a coleção de oitenta anos do bibliófilo José Mindlin e de sua esposa Guita, não se tendo informações exatas de como o mesmo chegou ao acervo; sabe-se apenas que o doutor José Mindlin sempre buscou adquirir as obras impressas pelo tipógrafo Francisco de Paula Brito.

Encontramos também uma versão no acervo da Biblioteca Britânica, em Londres, que, segundo informações obtidas em contato com a biblioteca, foi adquirida no ano de 1869, ou seja, um ano após sua publicação no Brasil, por uma importadora de livros americanos. A descoberta da obra na Inglaterra nos faz pensar suas ideias em circulação mundial.

Sobre a sua impressão pela tipografia Paula Brito, levantamos algumas questões, sendo importante salientar que o seu editor, Francisco de Paula Brito, morreu em 1861. Segundo Rodrigo Godoi⁶, a tipografia faliu oficialmente em 1857, passando por um longo processo de dificuldades, buscando se reerguer e, devido ao falecimento de Francisco em 1861, sua esposa,

⁵ Francisco de Paula Brito, dono da tipografia, foi uma figura muito importante durante o século XIX. Sua imprensa foi a primeira a publicar obras de Machado de Assis e a tratar de assuntos relacionados à abolição da escravidão. ANTUNES, Cristina. *O editor Francisco de Paula Brito (1809-1861)*. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin [online]. Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, SP. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/node/69> (Acesso em 26 de fevereiro de 2017).

⁶ GODOI, Rodrigo Camargo. *Um editor no império: Francisco de Paula Brito (1809-1861)*. Tese (Doutorado em História), Campinas: Universidade de Campinas. 2014.

Rufina Rodrigues da Costa Brito, assumiu os negócios, que foram perdendo cada vez mais importância no decorrer das décadas de 1860 e 1870, até sua completa extinção em 1875.

Ou seja, durante a publicação do tratado, a responsável pela sua impressão teria sido a viúva Rufina e não mais Francisco de Paula Brito. Além disso, se sabe que a tipografia não tinha uma linha temática com questões específicas referentes a gênero e política, e as publicações eram pagas, de modo que talvez a autora apenas tenha pagado pelo serviço num período em que os negócios não iam nada bem.

“A mulher nasceu livre, a mulher geme em ferros”, assim começa a escrita do Tratado. Percebe-se que a pauta da liberdade é o seu cerne; entretanto, o seu contexto social, compreendido dentro da segunda metade do século XIX, faz com que mulheres não consigam exercer sua liberdade, nem mesmo possuindo direitos fundamentais, como educação e trabalho. Como já dito, a disseminação dos ideais de liberdade, propiciados fundamentalmente pelo liberalismo, encontra-se presente pelo mundo nesse período, inclusive no Brasil. O filósofo liberal inglês Stuart Mill foi um dos principais nomes a circular nas publicações da imprensa, e encontra-se como um dos intelectuais que veio a influenciar a escrita de Anna Rosa, devido a suas ideias voltadas para o liberalismo político.

Dividido em três seções, num total de 128 páginas, o documento tem como pauta central a emancipação política da mulher, perpassando por pontos como educação, mercado de trabalho, desigualdade social, casamento e política. A autora adota o anonimato com a sigla A.R.T.S. Sua venda apareceu divulgada na imprensa de diversas maneiras, contando com pequenos comentários.

Publicação: Acaba de ser publicado um opúsculo sobre o título: *Tratado sobre a emancipação política da mulher e direito de votar*. O título dá inteira idéia do assunto, que é tratado em linguagem boa e fácil, e o livro estudo e aplicação da parte de sua autora. Assina-se esta com as iniciais A.R.T.S. É sem dúvida a modéstia quem a faz proceder assim, pois que o seu trabalho é recomendável por mais de um título.⁷

Sobre o anonimato, como percebemos acima, anuncia-se o uso por modéstia, e em outra publicação temos informações referentes ao seu endereço. “RECOMENDA-SE aos Srs. Pais de família que desejam fazer um futuro as suas filhas, e também as Sras. Ilustradas o *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e o Direito de Votar*. Vende-se em todas as livrarias e em casa da autora: na **Rua Sete de Setembro, n.223** pelo preço de 2\$000.” [Grifo meu].⁸

⁷ Jornal Correio Mercantil e Instructivo do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. N. 79, 20 março de 1868, p. 2.

⁸ Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal. Rio de Janeiro. N.193, 14 de jul. 1868, p. 4.

Os dois anúncios, ambos feitos pelo *Correio Mercantil*, no período de março a julho de 1868, evidenciam que a obra era anunciada para venda para o público leitor do então jornal, direcionada para um público específico: mulheres ilustradas e letradas, pais de família, além de políticos. De acordo com a autora, podemos inserir o tema da liberdade feminina no cerne das discussões do século XIX com uma multiplicidade de reivindicações que vinham sendo feitas por mulheres.

Fazendo uma busca pelo Almanak Laemmert⁹, documento fundamental para compreensão do cotidiano no século XIX, encontramos o nome da autora. Foi possível encontrar sua identidade devido ao endereço disponibilizado nas páginas dos jornais – A.R.T.S. é, na verdade, uma abreviatura de Anna Rosa Termacsics dos Santos, uma professora de piano, canto e idiomas que oferecia seus serviços nos anúncios da imprensa: “**Piano e canto:** A professora Anna Rosa Termacsics do Santo¹⁰ mudou-se para a travessa da Barreira n.5, onde continua a dar lições em casas particulares como em colégios; também ensina diferentes idiomas. Recados todos por escrito.” [grifo meu]¹¹ Seu nome apareceu presente no almanaque entre os anos de 1850 até 1886, totalizando 36 anos, concomitante aos anúncios na imprensa periódica.

Sobre seu logradouro, no ano da publicação do tratado, em 1868 – Rua Sete de Setembro, n.223 –, cabem algumas ponderações. Foi possível identificar comércios, tipografias, serviços de corte e costura, além de residências e salas amplas no local; ao que tudo indica, foi uma edificação que contou com imóveis diversificados. Ali, Anna Rosa residira no primeiro andar, descrito com uma residência destinada para “pequenas famílias” ou “senhoras só”, mas seu nome aparece em endereços diversos no decorrer de toda sua vida, sendo alguns deles: rua dos Inválidos, n.57; rua da Prainha, n.48, 1º andar; rua da Misericórdia, n.40, 2º andar; rua Luiz de Vasconcelos, AA; rua Sete de Setembro, n.223; rua do Lavradio, n.15; rua Hospício, n.269; rua das Flores, n.48; rua do Conde d’Eu, n.166, sobrado; rua do Riachuelo, n.346; e rua do Monte Alegre, n.3, todos descritos com as mesmas características.

A partir dos endereços descritos, percebe-se que Anna Rosa viveu uma vida modesta, residindo em pequenos sobrados ou salas, no qual esteve em constante mudança. A mesma foi

⁹ Almanak Laemmert (1844-1889). Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak> (Acesso em 20 de junho de 2017.)

¹⁰ Seu nome apareceu na imprensa de diferentes maneiras, sendo encontrado: Santos, Santo, Szanto, Zantho e Souto.

¹¹ Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, n.188, 10 julho de 1862, p. 4.

uma mulher solteira, que nunca se casou, sobrevivendo à custa de sua profissão enquanto musicista.

O grande saber, da autora exibido em seus textos, assim como seu conhecimento histórico, voltado para acontecimentos passados desde seus primórdios, nos levam a crer que teve acesso a uma educação aprimorada, voltada para o mundo das letras, além de um diálogo constante com outras culturas. Entretanto, pode ser destacado que a grande instrução da autora se deu através de leituras públicas feitas nas livrarias da corte naquele período, estando apenas um ano de sua vida em colégio, como ela nos descreve.

Em sua escrita, aparecem nomes de diversas mulheres, de referência até mesmo a personagens da Idade Média, resultado de seu grande interesse pela história: Elisabeth Ranet, da Prússia; Flora Magdonald, do Reino Unido; Margarida d'Anjou, Rainha Bess, Vitória e Elisabeth, todas da Inglaterra; Lucrécia Bórgia e Vitória Collona, da Itália; Suzana Drasowch, da Hungria; duquesa de Vurtemberg, da Alemanha; madame Pompadour e madame Maintenonda, da França; Manuelita, filha do governador Rosas, de província na Argentina. Além de escritoras importantíssimas do século XIX, como as francesas madame de Stael e George Sand e a americana Harriet B Stowe, esta última sendo autora de uma importante obra que circulou o mundo, intitulada *A cabana do Pai Tomás*.¹²

Anna Rosa, seus questionamentos e reverberações.

Anna Rosa Termacsics dos Santos permaneceu durante muito tempo esquecida e silenciada, nos estudos sobre a reivindicação pelo sufrágio em seus primórdios, a História não havia se atentado para sua significativa atuação no contexto brasileiro oitocentista. Nossa pesquisa surge, então, com este intuito, mostrar uma mulher que viveu em um contexto em que as mulheres eram tidas apenas como objetos, ficando reclusas ao lar e sem as mínimas condições de aprendizado, mas que, mesmo em meio a tudo isso, levantou questionamentos sobre a situação feminina, partindo principalmente de sua experiência enquanto mulher que não se via representada.

¹² A obra de Stowe, *A cabana do Pai Tomás*, foi de uma importância e circulação significativas no contexto do século XIX em todo o mundo. Harriete B. Stowe era uma abolicionista americana que vinha contribuindo para a emancipação feminina, principalmente no que tange à educação. Doou parte dos fundos recebidos pelos direitos autorais de sua obra para uma escola destinada à educação de crianças negras, sob a administração de Myrtila Miner.

Sua trajetória de vida no Brasil teve início com a vinda de sua família da Hungria, no ano de 1828¹³, motivada pelos escritos de viajantes que relataram suas passagens por aqui. Ao vir, Anna tinha cerca de sete anos de idade e por aqui se fixando até a sua morte em 16 de outubro de 1886¹⁴.

Anna Rosa foi uma professora de piano, canto e idiomas com grande saber intelectual, que oferecia seus serviços nos principais meios impressos daquele período, a exemplo do *Diário do Rio de Janeiro*, *Correio Mercantil*, *Diário de Notícias* e *Jornal do Commercio*, além de periódicos franceses. Ao que tudo indica, viveu grande parte da sua vida sozinha, não se casou e nem teve filhos, residindo em locais pequenos onde também oferecia seus serviços. Além do mais, a partir dos endereços e respectivos anos em que residiu em cada um deles, foi possível descobrir que ela estava constantemente procurando criados para lhe prestar serviços, não sendo dona de escravos, como era comum na época, apenas alugando-os para tarefas de cozinheira, engomadeira, lavadeira e caixeiro¹⁵, o que evidencia um estilo de vida modesto.

Apesar de termos encontrado outros escritos de sua autoria, nos atentaremos aqui no *Tratado*, por ser a obra em que ela mais vai tocar em questões relacionadas à participação das mulheres na política, além de estar em constante debate com filósofos e políticos de seu tempo. O sufrágio feminino é sua pauta central e é reforçada por argumentos diversos, uma pauta que não existia nem nas civilizações mais avançadas de seu tempo.¹⁶ As conquistas pelo sufrágio feminino tiveram início no decorrer do século XX por todo o mundo, o primeiro e único país a decretar o direito de voto para mulheres ainda no século XIX foi a Nova Zelândia, em 1893.

O primeiro parágrafo do texto diz: “Não queremos menosprezar outros métodos de defender a mulher, mas o direito de votar é na minha opinião a pedra angular da empresa desde que não só procuramos proteger a mulher mas antes põ-la em uma posição de se proteger ella mesma.”¹⁷ Percebemos que a participação política feminina, no entendimento da autora, perpassava buscar representar assuntos relacionados às mulheres no âmbito do Estado, posto

¹³ Sua família é descrita como distinta e formada por uma educação ilustrada. Vem para o Brasil no final do ano de 1827, com o intuito de começar os negócios com a plantação das vinhas, se instalando em uma chácara na região de Tatuapé, São Paulo. Os trâmites legais para emissão do passaporte de seu pai, Sr. Antônio Termacsics, estão disponíveis no acervo do arquivo nacional da Hungria em:

¹⁴ Informação retirada a partir de sua certidão de óbito, localizada por nós, no Arquivo Histórico, da Santa Casa de Misericórdia no Rio de Janeiro.

¹⁵ Chegamos a tal informação a partir dos anúncios publicados na imprensa periódica com os respectivos logradouros.

¹⁶ Países que só tiveram a conquista do voto feminino com o adentrar do século XX: Austrália, em 1902, Estados Unidos, em 1920, Grã-Bretanha, em 1928, e França, em 1944.

¹⁷ SANTOS, Anna R. T. *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*. Typografia Paula Brito: Rio de Janeiro, 1868, p. 3.

que não se viam representadas na educação, no mercado de trabalho, saúde e matrimônio. O sufrágio era visto por ela como o caminho para todas as outras conquistas; pensava-se que, a partir dele, outras pautas seriam gradualmente resolvidas.

Ao pensarmos na inserção de Anna Rosa no contexto oitocentista e sua defesa pelo sufrágio feminino, vários questionamentos nos são logo levantados, e sua trajetória nos responde alguns. Uma mulher com uma bagagem de conhecimento que nem a dela, mas que ao mesmo tempo, viveu uma vida com condições de subalternidade, residindo em pequenos locais e estando constantemente anunciando serviços, não só de musicista, mas também, para trabalho em casas de família, demonstra-nos incoerências de sua vida que merecem serem estudadas mais a fundo.

O liberalismo, o abolicionismo, o republicanismo e a emancipação feminina são presentes em toda sua escrita, reforçada por leituras como Stuart Mill, Marques de Condorcet, Alex de Toqueville, Harriete B. Stowe, Madame de Stael, Willian Godwin, pensadores (as) importantes naquele contexto. A autora parte da educação para, assim, buscar uma igualdade entre os gêneros, capacitando às mulheres e dando-lhes as mesmas oportunidades e condições para o trabalho.

Anna Rosa nos fala da literatura produzida por mulheres, utilizando-se disso para negar a incapacidade a elas atribuída, posto que encontravam-se espalhadas pelo mundo, milhares de obras responsáveis por angariar sentimentos por questões sociais. Segundo suas palavras: “A literatura das senhoras, neste século é mais justa, mais filantrópica e mais religiosa que a do homem.”¹⁸ Um exemplo levantado no *Tratado* é a obra *A Cabana do Pai Tomás*¹⁹, da americana Harriet B Stowe²⁰, datada de 1850, e que também apareceu presente em *Opúsculo humanitário*, da brasileira Nísia Floresta²¹.

Nísia Brasileira Floresta²² foi uma mulher que também viveu no contexto oitocentista do Brasil e que formulou escritos significativos voltados para a emancipação da mulher,

¹⁸ *Ibidem*, p. 47.

¹⁹ A obra foi sucesso de venda nos Estados Unidos, sendo traduzida e importada para diversos locais do mundo, inclusive no Brasil. Sua autora, Harriet B. Stowe, esteve atuando juntamente com outras mulheres americanas, reivindicando o direito educacional para meninas, parte do dinheiro arrecadado com a venda de sua obra: *A Cabana do Pai Tomás*, foi doada para investimento na educação feminina dos Estados Unidos.

²⁰ STOWE, Harriet B. *A Cabana do Pai Tomás*. São Paulo: Clube do Livro, 1969.

²¹ FLORESTA, Nísia. *Opúsculo humanitário*. Introdução e notas de Peggy Sharpe-Valadares. São Paulo: Cortez, 1989.

²² Dionísia de Faria Rocha (1810-1885), mais conhecida como Nísia Floresta, foi uma figura singular no contexto oitocentista. É considerada precursora na reivindicação por direitos e por uma emancipação feminina no Brasil. Apesar de algumas pesquisas trabalharem sua figura como precursora do feminismo, não utilizamos essa abordagem de análise uma vez que o feminismo é um movimento datado apenas em meados do século XX.

publicados em jornais diversos daquele período. É autora de obras importantíssimas, tais como: *Reivindicação das mulheres e injustiças dos homens* (1832); *Conselhos a minha filha* (1842); *Opúsculo humanitário* (1853) e *A mulher* (1859). Seus escritos eram voltados principalmente, para a pauta educacional, não aparecendo nada que perpassasse a reivindicação pela participação das mulheres na política.

Percebemos com isso, que a historiografia deteve-se muito tempo apenas sobre a figura de Floresta, desenvolvendo trabalhos diversos sobre ela. Constância Lima Duarte²³ foi uma das pioneiras a pesquisar sobre sua vida e sua obra, resgatando sua memória na luta por direitos femininos no Brasil em seus primórdios, no século XIX. A partir dela, outros trabalhos importantes foram publicados revisando algumas questões, como o de Rachel Soihet²⁴.

Mais recentemente, o trabalho de Ludmila de Souza²⁵ nos traz questões até então não exploradas, nos fazendo pensar as mulheres escritoras do século XIX não enquanto categorias excepcionais ou ditas “à frente de seu tempo”, mas inseridas em seus respectivos contextos, nos mostrando a existência da circulação de ideias que perpassassem direitos e reivindicações femininas e, que cada vez mais, mulheres vinham ocupando espaços e incorporando novas pautas, o que pode ter se dado devido à forte influência da modernidade ocidental dos Estados Unidos e países da Europa.

Outro aspecto importante no trabalho da autora e que encaixa em nossa proposta foi o de mostrar outras mulheres do período, além de Nísia Floresta, que permaneceram esquecidas, como o caso da francesa Adéle Toussaint-Samson²⁶, que também teve um papel significativo pela educação feminina em sua permanência no Brasil durante o período proposto para análise.

Utilizamos uma análise voltada para reivindicação por direitos de romperem com os padrões de gênero reclusos apenas ao privado, no qual mulheres como Floresta começam a escrever contrárias a tal imposição. Sua trajetória de vida é marcada por diversas particularidades: casa-se duas vezes e fica viúva muito nova, sendo obrigada a trabalhar para o sustento de seus filhos. Esteve em constante viagens pela Europa, principalmente residindo na França, fazendo grandes amizades, a exemplo de Augusto Comte. Para saber mais sobre a autora, ver: DUARTE, Constância L. *Nísia Floresta, vida e obra*. Natal: UFRN, 1995, e SOIHET, Rachel. *Nísia Floresta e mulheres de letras do Rio Grande do Norte: pioneiras na luta por cidadania*. Estudos Feministas, Florianópolis, SC, v.13, n.1, pp. 179-199, jan./abr. 2005.

²³ DUARTE, Constância L. *Nísia Floresta, vida e obra*. Natal: UFRN, 1995.

²⁴ SOIHET, Rachel. *Nísia Floresta e mulheres de letras do Rio Grande do Norte: pioneiras na luta por cidadania*. Estudos Feministas, Florianópolis, SC, v.13, n.1, jan./abr. 2005, pp. 179-199.

²⁵ MAIA, Ludmila de Souza. *Viajantes de saias: gênero, literatura e viagem em AdéleToussaint-Samson e Nísia Floresta (Europa e Brasil, século XIX)*. Tese (Doutorado em História). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2016.

²⁶ AdéleToussaint –Samson (1820-1911) foi uma francesa que viveu no Brasil por um período e que, assim como Nísia Floresta, esteve constantemente viajando. Suas viagens foram responsáveis por muitos escritos que ela veio a produzir, nos quais relatava suas diversas experiências. Também foi uma mulher que se incomodou com o lugar do sexo feminino na sociedade oitocentista, devido principalmente à falta de oportunidades na educação e no mercado de trabalho. Para saber mais sobre a autora, ver: MAIA, Ludmila de Souza. *Viajantes de saias: gênero,*

Tais apontamentos nos servem para colocar a discussão sobre emancipação e direitos femininos inserida em um meio de mulheres diversas, não enquanto algo isolado e inédito. Acreditamos que Anna Rosa é resultado de um número maior de mulheres que vinham se mobilizando por direitos, incorporando inclusive a pauta pelo sufrágio feminino, o que não esteve presente, por exemplo, nos escritos de Nísia Floresta e Adéle Toussaint Samson. O resgate da obra de Anna Rosa é apenas um dos diversos escritos de mulheres que permaneceram no passado e que vêm contribuindo para traçarmos trajetórias tão significativas de mulheres no Brasil.

Anna Rosa ainda vai além, levantando críticas acerca do mercado de trabalho. Segundo ela, a falta de oportunidade de emprego para as mulheres, assim como o mau pagamento, são vistos como problemas do capitalismo, que começava a se expandir e o qual a autora critica fortemente. Para ela, isso se dava devido às poucas ocupações que se encontram para as mulheres e a alta procura, o que faz com que os salários fossem baixos. O trabalho das mulheres era utilizado como mão de obra barata por todo o mundo, e os meios impressos foram fundamentais para reforçar essa desigualdade. Um exemplo a ser dado pode ser visto em uma publicação do jornal *Diário de Notícias*, datado de 1871, falando sobre o trabalho das mulheres no mundo ocidental:

Nas fábricas de objectos de luxo, e de outros que demandam paciência, gosto, delicadeza e habilidade, os seus trabalhos são mais perfeitos do que os dos homens, podendo além disso serem vendidos por mais baixo do que o seriam no caso de emprego de outros operários. O salário das mulheres sendo mais barato, permite organizar a produção em maior escala, promovendo a abundância do produto e aumentando o seu consumo pelo abaixamento dos preços, resultado da diminuição das despesas com esse agente productivo.²⁷

Percebemos a partir disso, que a escrita de insatisfação de Anna Rosa perpassava seu contato com tais ideias, que apareciam nos periódicos constantemente. *O Diário de Notícias* foi um dos jornais em que nossa autora veio a publicar alguns artigos²⁸, logo, podemos afirmar que a mesma teve contato com suas publicações.

Dentre todas as críticas elencadas no tratado, as principais estão relacionadas a uma sociedade construída historicamente através de abuso de forças, argumento que ela defende

literatura e viagem em Adéle Toussaint-Samson e Nísia Floresta (Europa e Brasil, século XIX). Tese (Doutorado em História), Campinas: Unicamp, 2016.

²⁷ *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro. N. 160, 10 fev 1871.

²⁸ Não nos atentaremos neste trabalho com tais artigos, mas encontram-se presentes em algumas edições do então Jornal.

voltando em 1500 para relatar o saque dos gentios e a tomada de suas terras, com a desculpa de trazer civilização. Além do mais, ela também é contrária ao absolutismo dos monarcas, comércio dos escravos, nobreza hereditária e o despotismo sacerdotal, pontos centrais, e segundo ela, responsáveis por reforçar a inferioridade da mulher.

Dito tudo isso, percebemos que a escrita formulada por Anna Rosa afronta os padrões impostos pela sociedade patriarcal brasileira, colocando como principal causa de defesa a liberdade feminina, de modo que a escolha de participar ou não de questões políticas deveria partir das próprias mulheres e não de uma ideia que os homens acreditavam. As proposições feitas pela autora reverberaram incômodos no período, como buscaremos mostrar a partir de agora.

Uma pauta inimaginável para os políticos oitocentistas era a relacionada ao voto para as mulheres, que, apesar de ter sido levada para discussão em situações específicas, como o caso do deputado pela Bahia, Domingos Borges de Barros, em 1822, e por José Bonifácio de Andrada e Silva, em 1831²⁹, foi uma discussão que gerou incômodos não só nos políticos, mas em muitas mulheres, que acreditavam seriamente que a política não era para elas. Nesse sentido, a descoberta da escrita de Anna Rosa nos abre uma infinidade de questionamentos sobre a sociedade daquele período, inclusive referente ao possível número de mulheres que estavam inseridas nessa discussão, bem como as reverberações contrárias a mesma.

No ano de sua publicação, em 1868, um dos principais jornais daquele contexto carioca, o *Jornal do Commercio*, publicou um folhetim anônimo intitulado “Será sério?” em que, de forma irônica, o autor aborda acontecimentos políticos daquele contexto e fala da publicação do Tratado. Inicialmente cita um acontecimento da Bahia e pede explicações ao ministro da Fazenda do Império por ser de lá, além de comentar sobre o fato da Praça da Constituição estar se transformando num centro de botequins e as reclamações que tem recebido devido a isto.

O autor é do entendimento de que, se a Câmara Municipal tomou a decisão favorável aos botequins, caberia a população aceitar. “[...] Portanto, se a câmara municipal entendeu que deveria cobrir de botequins a praça da constituição, acho que fez muito bem; o município é della, e não tem que dar satisfação à ninguém.”³⁰ Isso tudo, para o autor chegar a seu ponto, o

²⁹ Os dois acontecimentos foram levados para discussão com os políticos de cada contexto (1822 e 1831) e recusados. Os casos, apesar de específicos, abriram brecha para grandes mudanças no sistema político eleitoral. O primeiro levou uma proposta de voto para uma mulher viúva e mãe de seis filhos, e o segundo abarcaria voto para mulheres mães e viúvas que se adequassem aos padrões de renda preestabelecidos. Ambas discussões não foram levadas adiante e pouco se sabe do projeto original redigido pelos dois parlamentares.

³⁰ *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro. n. 82, 22 março 1868, p.01.

esquecimento que o governo municipal vinha tendo com outras ruas da cidade, de modo que moradores foram aos políticos reclamarem e, se não fossem atendidos, não votariam novamente nos mesmos.

O Tratado aparece como comentário pelo autor do folhetim para reforçar a injustiça que prevalecia na cidade do Rio de Janeiro naquele ano, segundo suas palavras:

É tempo de se por termo a estas injustiças, e eu proponho que para principiar se dê uma remuneração condigna à autora do tratado que acaba de publicar sobre a emancipação política da mulher e seu direito de votar. O melhor prêmio que podia dar, quanto a mim, seria algum dos empregos que ela reclama para o seu sexo.³¹

Ao que tudo indica o Tratado foi publicado bem próximo da data do folhetim, compreendendo os meses de fevereiro a março de 1868, o que coloca o comentário bem no ápice de sua publicação para venda. Percebemos que o autor fez rápida leitura do tratado escrito por Anna Rosa, o que nos é confirmado pelas citações e páginas referenciadas por ele, explicitando as ideias propostas pela autora. No decorrer de sua escrita, o autor do folhetim expõe sua opinião quanto à concessão de voto para as mulheres dizendo ser favorável, mas se utilizando de um argumento que, assim, a política teria menos deputados feios, as mulheres viriam para embelezar. Ou seja, sua ideia de conceder o voto perpassava uma construção historicamente formulada acerca do gênero feminino como dócil e belo, não a real capacidade da mulher para os negócios públicos.

Anna Rosa também veio a se incomodar com os padrões de beleza que eram ditados para as mulheres, sendo a imprensa responsável por reforçar diferenças entre belas e feias. Ela nos dita:

Na mocidade, minha atenção foi examinar o valor da belleza e sua perfeição como affecção permanente. Não podia acreditar quo Deus creasse tantas mulheres bellas, e que ellas perdessem sua formosura no estado completo de suas faculdades ou encantos; e ainda fazemos todos os esforços em despender nosso tempo para sermos bonitas.³²

Ao buscarmos sua escrita na mocidade, a que não nos atentaremos neste trabalho, percebemos que o argumento do autor do folhetim não é condizente com o que ela realmente busca alcançar, uma participação na política moldada de acordo com as capacidades entre os gêneros.

³¹ *Ibidem.*

³² SANTOS, Anna Rosa T. *Op. cit.*, pp. 122-3.

Publicações desse tipo nos levam a pensar a real aceitação das ideias de Anna Rosa, que, apesar de parecer inicialmente aceita pelo autor do folhetim, logo em seguida, o mesmo contra-argumenta citando impedimentos como, por exemplo, a maternidade e os cuidados domésticos. Quem ficaria responsável por tais funções se as mulheres fossem para a política? Não se tinha resposta. Ele também relata que um ponto positivo caso se aprovasse o voto para as mulheres estaria relacionado ao não recebimento de cartas em sua redação, como a que se segue:

Fará V. um verdadeiro serviço à pobreza, as viúvas e famílias de milhares de infelizes que no campo derramarão o seu sangue pela causa da pátria, pintando a maneira escandalosa porque presentemente se distribuem costuras na repartição respectiva do arsenal de guerra da corte. Nos dias designados agglomerão-se pessoas necessitadas (não cabendo ali comodamente mais de duzentas), à espera que chegue o encarregado, aliás moço de bem, mas que, tendo pouca energia e conhecimento do negócio, se deixa iludir por alguns dos subalternos em quem confia. Às nove e tanto ou dez horas chega ele, e as pobres, infelizes e necessitadas aglomerão-se-lhe em roda apresentando-lhe os seus bilhetes. Ele aceita os de umas, procura consolar as outras que chorando lhe pedem trabalho para sustentarem seus filhinhos, recolhe-se à secretaria, onde há três ou quatro empregados, mas ali encontra já uma porção de moças bonitas, que bem e comodamente sentadas só por elle esperam.³³

A pobreza na vida das mulheres era muito presente, o que Anna Rosa acreditava que se dava devido a falta de oportunidades oferecidas pela sociedade, como já dito anteriormente. A correspondência citada acima e enviada para o autor anônimo que publicava nas páginas do *Jornal do Commercio*, mais uma vez nos reforça o quanto se precisava das reformas sugeridas por Anna, para, assim, caminhar para uma sociedade mais igual entre homens e mulheres.

Ainda no contexto da escrita do Tratado, é importante salientarmos que a década de 1860 foi marcada por constantes debates relacionados à necessidade de reforma no sistema eleitoral vigente, a principal pauta estaria voltada para o voto das minorias, englobando homens que não se adequassem aos padrões de renda. No meio desse debate, as mulheres viram uma oportunidade de encaixar suas reivindicações, que também não estavam sendo ouvidas. Tudo isso atrelado aos acontecimentos de países da Europa e também dos Estados Unidos, este último que teve o movimento sufragista fortalecido a partir da década de 1860, em diálogo com os movimentos abolicionistas e republicanos do Brasil, podem ter sido algumas das motivações que levaram à publicação do Tratado escrito por Anna Rosa Termacsics dos Santos.

A trajetória intelectual de Anna Rosa através de seus escritos foi o que motivou este trabalho a pensar questões de um âmbito maior, como, por exemplo, a relação entre as mulheres e a política imperial, principalmente no contexto patriarcal e escravocrata. Também é

³³ *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro. n. 82, 22 março 1868, p. 1.

importante a considerarmos enquanto mulher letrada, inserida em um meio privilegiado, em que essas discussões aconteciam, no qual suas reivindicações englobam um número restrito no próprio meio de mulheres letradas e de uma elite aristocrática, não aparecendo interseções como raça e classe, por exemplo.

Em vias de conclusão

Concluímos nosso trabalho reforçando sua inserção no campo das reflexões teóricas e metodológicas dos estudos de gênero, voltados para os primórdios na história do sufrágio feminino aqui no Brasil. Assim como diversas outras pesquisas que têm sido feitas, a nossa tem como intuito propor uma crítica contundente à historiografia tradicional, voltada para um sujeito humano único universal, trazendo à tona acontecimentos que permaneceram durante muito tempo silenciados.

A descoberta do *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*³⁴, de autoria de Anna Rosa Termacsics dos Santos, levantou-nos uma infinidade de questionamentos sobre a situação feminina no contexto oitocentista, que permaneceram por muito tempo esquecidas pela historiografia, principalmente para aquela voltada para os primórdios da luta sufragista e que levou à conquista do voto feminino no ano de 1932, no governo do então presidente Getúlio Vargas. Os trabalhos que foram publicados até então abordaram a reivindicação do voto feminino apenas em fins do século XIX e início do XX, relatando figuras como Josephina Álvares de Azevedo³⁵, Bertha Lutz e Leonilda Daltro³⁶, todas já muito estudadas. No que se refere ao século XIX como um todo, os trabalhos que foram realizados sobre a situação feminina focalizaram principalmente a pauta educacional e

³⁴ A descoberta nos chamou a atenção devido a uma publicação feita pelo blog da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, da Universidade de São Paulo. Até o desenvolvimento de nossa pesquisa, o acervo da biblioteca não tinha informações sobre autoria, apenas que tinha sido publicada sob o codinome A.R.T.S. Disponível em: <https://blog.bbm.usp.br/2015/tratado-sobre-a-emancipacao-da-mulher-uma-feminista-no-brasil-de-1868-2/> (Acesso em 13 de dezembro de 2015)

³⁵ Redatora do jornal A Família, fundado em 1888, considerada pioneira na imprensa feminina por tocar na pauta do voto da mulher motivada principalmente pelos ideais republicanos, que ecoavam cada vez mais forte. Josephina também escreve uma peça de teatro intitulada “O voto feminino”. Para mais informações sobre a autora, ver: OLIVEIRA, Karine da Rocha. *Josephina Álvares de Azevedo: a voz feminina no século XIX através das páginas do Jornal A Família*. Programa Nacional de Apoio à pesquisa – Fundação Biblioteca Nacional, 2009.

³⁶ Bertha Lutz e Leonilda Daltro são consideradas, pela historiografia do sufrágio feminino no Brasil, as precursoras no movimento pelo direito ao voto, organizando movimentações femininas para questionar a restrição de serem sujeitos ativos na política. Ambas são figuras que já foram muito estudadas desde o surgimento de pesquisas com a temática da história das mulheres até a renovação voltada para os estudos de gênero. Mais informações, ver em: KARAWEJCZYK, Mônica. *As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850-1932)*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013. LINO, Sônia Cristina da Fonseca Machado. *As ideias feministas no Brasil (1918-1932)*. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1986.

trabalhista como reivindicações das mulheres, a exemplo de Nísia Floresta, também já muito pesquisada.

Nesse sentido, trazer para a História um pouco da trajetória de Anna Rosa Termacsics dos Santos e de seus escritos, contribui significativamente para darmos voz a uma das diversas outras mulheres que permaneceram esquecidas com o passar dos séculos, além de pensarmos sua inserção enquanto mulher num contexto monárquico, patriarcal e escravocrata, que teve como principal intuito, romper com a exclusão propiciada pelos processos de construção e imposição dos padrões de gênero ao sexo feminino e no qual o sufrágio universal e masculino fez parte por um longo período.

A representação da mulher na política ainda tem permanecido na pauta do movimento feminista contemporâneo, uma vez que as mulheres, apesar de poderem votar e serem eleitas para cargos políticos, ainda sofrem com as desigualdades de gênero que ditam uma incapacidade das mesmas para serem deputadas, senadoras, ministras e presidente, sofrendo constantemente ridicularizações e ataques machistas e misóginos, como, por exemplo, os discursos emitidos no processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016³⁷, o que faz do debate proposto em nossa pesquisa bem atual, ditando uma necessidade de questionar a política como local de poder masculino.

Por isso é fundamental que a academia produza conhecimentos voltados para o resgate de tantas outras mulheres como Anna Rosa, que tiveram uma atuação significativa para as suas contemporâneas, sendo responsáveis por moldar e adequar cada vez mais um pensamento emancipacionista por direitos e igualdade entre os gêneros. Apesar das formulações aqui postas serem resultados iniciais de uma pesquisa em desenvolvimento no âmbito do Mestrado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, já traz resultados que são possíveis questionar a historiografia sobre o sufrágio feminino, voltada para os primórdios do século XX. A inserção de Anna Rosa Termacsics dos Santos no contexto de meados do século XIX e a sua escrita na busca pelo voto é um exemplo de que as mulheres vinham se mobilizando antes mesmo de Berta Lutz e Leoninda Daltro.

Referências bibliográficas

³⁷ O impeachment da presidenta Dilma Rousseff foi um acontecimento que serviu para reforçar a desigualdade de gênero na política. Os discursos que estiveram presentes nesse contexto estiveram voltados para uma misoginia e machismo, reforçando o discurso de que o lugar da mulher não é na política.

Livros:

- BERNARDES, Maria Thereza Cayubi C. *Mulheres de ontem?* Rio de Janeiro – Século XIX. São Paulo: T.A. Queiroz, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DAVIS, Ângela. *Mulheres, raça e classe.* São Paulo: Boitempo, 2016.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX.* São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DUARTE, Constância L. *Imprensa feminina e feminista no Brasil século XIX.* 1.ed. dicionário ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- DUARTE, Constância L. *Nísia Floresta, vida e obra.* Natal: UFRN, 1995.
- ESTEVES, Marta Abreu. *Meninas perdidas.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FLORESTA, Nísia. *Direito das mulheres e injustiças dos homens.* São Paulo: Cortez, 1989.
- FLORESTA, Nísia. *Opúsculo humanitário.* São Paulo: Cortez, 1989.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência. Mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920.* Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1989.
- STOWE, Harriet B. *A Cabana do Pai Tomás.* São Paulo: Clube do Livro, 1969.

Capítulos de livros:

- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero.* Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, pp. 39-53. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: Silva, Zélia Lopes (orgs.). *Cultura histórica em debate.* São Paulo: Unesp, 1995.
- _____. Epistemologia feminista, gênero e história. In: Pedro, Joana; Grossi, Mirian (orgs.) *Masculino, feminino, plural.* Florianópolis: Mulheres, 1998.

Dissertações e teses:

- GODOI, Rodrigo Camargo. *Um editor no império: Francisco de Paula Brito (1809-1861).* Tese (Doutorado em História). Campinas: Universidade de Campinas, 2014.
- GOMES, Gisele Ambrosio. *Entre público e o privado: a construção do feminino no Brasil dos oitocentos, 1827-1846.* Dissertação (Mestrado em História). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.
- LINO, Sônia Cristina da Fonseca Machado. *As ideias feministas no Brasil (1918-1932).* Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1986.
- MAIA, Ludmila de Souza. *Viajantes de saias: gênero, literatura e viagem em Adèle Toussaint-Samson e Nísia Floresta (Europa e Brasil, século XIX).* Tese (Doutorado em História). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2016.
- SILVA, Lyana Maria Martins da. *Reforma gorada: a Lei do Terço e a representação das minorias nas eleições de 1876 em Pernambuco.* Dissertação (Mestrado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2014.
- VERONA, Elisa Maria. *Da feminilidade oitocentista.* Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Unesp, 2007.

Artigos de periódicos:

FREIRE, Vanda L.B. ; PORTELA, Ângela C.H. Mulheres pianistas e compositoras, em salões e teatros do Rio de Janeiro (1870-1930). *Cuadernos de MÚSICA, ARTES VISUALES Y ARTES ESCÉNICAS*. V. 5, n.2, Colômbia, p.61-78, dezembro de 2010.

KARAWEJCZYK, Mônica. Mulheres, Modernidade e Sufrágio: uma aproximação possível. *Revista de História e Estudos Culturais*. V.04, n.04, out-nov.2007.

_____. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo “pátrio” de Leoninda Figueiredo Daltro. *Revista de estudos Ibero Americanos*, PUCRS, v.40, n.1, p.64-84, jan-jun 2014.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. História das Mulheres. *Revista USP*, São Paulo, v.23, p.98. 1994.

PEDRO, Joana Maria. Relações de Gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Revista Topoi*, v.12, n.22, jan-jun 2011, p.270-283.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, pp. 71-99, jul./dez. 1995.

SOIHET, Rachel. Nísia Floresta e mulheres de letras do Rio Grande do Norte: pioneiras na luta por cidadania. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, SC, v.13, n.1, p. 179-199, jan./abr.2005.

Anais de congressos:

COLLING, Ana Maria. Precursor do voto feminino no ocidente é um brasileiro: Domingos Borges de Barros nas Cortes Gerais portuguesas em 1822. In: *XXVII Simpósio Nacional de História - ANPUH*: Natal, Rio Grande do Norte, 2013.

KARAWEJCZYK, Mônica. O voto feminino no Congresso Constituinte de 1891: Primeiros Trâmites Legais. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. ANPUH*, São Paulo, julho 2011.

Fontes digitais:

Almanak Laemmert (1844-1889) Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak> (Acesso em 20 junho 2017)

Documentos oficiais do Arquivo Nacional da Hungria. Disponível em: <http://www.archivinformationssystem.at/detail.aspx?id=1441204> (Acesso em 18 agosto 2017)

Periódicos diversos: *Jornal Correio Mercantil e Instructivo do Rio de Janeiro*, *Diário de Notícias*, *Diário do Rio de Janeiro*, *Jornal do Comércio*. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> (Acesso em 13 junho 2017)

SANTOS, A.R.T. *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*. Rio de Janeiro: Typografia Paula Brito, 1868. Disponível no acervo digital da Biblioteca Brasileira Mindlin e José Guita em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6702> (Acesso em 12 julho 2016)